

**OS ARTEFATOS TECNOCULTURAIS –
A PRODUÇÃO DE UM SEMINÁRIO E A EXPERIÊNCIA DE UM CURSO DE
FORMAÇÃO DE MONITOR PARA A ESCOLA PÚBLICA**

Carlos Santana Rocha¹

Isabella Nogueira²

Adda Daniela Lima Figueiredo³

Didáticas, Práticas de Ensino e Estágio.

RESUMO

Neste artigo será analisado o conceito de artefatos comuns e tecnoculturais no processo pedagógico e sua interferência na formação e execução dos currículos, a partir do processo de construção de um seminário e da experiência de um curso de formação de monitor para a escola pública. O trabalho é fruto de uma análise qualitativa de um artigo sobre o assunto, leitura complementares e a experiência em fazer um curso pra monitor da escola pública. Inicialmente o texto, conceitua artefatos comuns e tecnoculturais, e apresentada uma visão do contexto social onde tudo supostamente iniciou, visto que os homens com sua visão de progresso encaminharam seus estudos para este caminho técnico. Em seguida, é apresentada uma visão enquanto a leis que poderiam fazer parte desta formação de “usos dos artefatos” em instituições escolares. Posteriormente, é apresentada uma panorâmica das implicações dos usos destes dispositivos em um ambiente de ensino em forma presencial e online. Encaminhando assim uma possibilidade de discussão enquanto o uso das TIC na educação, por meio do seu processo de ensino e relato de um curso de formação de monitores para a escola pública com uso das TIC. Acredita-se, portanto, com possibilidades de propostas para a relação entre educação e tecnologia, levando como ponto inicial o texto de Joana Peixoto ao apresentar a abordagem sociotécnica, que apresenta uma compreensão dialética das relações entre educação e tecnologia. A compreensão das perspectivas de análise da relação educação e tecnologia nos permite acompanhar o desenvolvimento que vem ocorrendo da tecnologia em relação a mudanças do comportamento e pensamento do homem moderno, não permitindo cair em uma anarquia de conhecimentos apreendidos através o ato da comunicação e da alienação que deve pode surgir. De forma que o ensino, por meio de uma formação crítica, se torna o principal meio organizacional deste mar de informações da contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVES:

Dispositivos pedagógicos; Tecnologia; Seminário.

¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, *csrgcarlos@hotmail.com*.

² Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, *isaforever94@hotmail.it*.

³ Doutoranda em Educação – PUC-GO. Docente PUC – GO e UEG, *addadani@hotmail.com*.

O presente trabalho busca compreender o que são os artefatos tecnoculturais a partir da experiência de construir um seminário para a disciplina Educação, Comunicação e Mídia, na graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. A construção deste seminário se pautou na leitura e compreensão do texto “*Artefatos tecnoculturais nos processos pedagógicos: usos e implicações para os currículos*” de Santos e Soares (2012) e da experiência de um dos alunos em um curso de formação de monitores oportunizados pelo Governo Estadual de Goiás – terceiro seminário de mídias nas escolas, bem como em leituras pertinentes ao assunto.

O que são os artefatos tecnoculturais? Para uma melhor compreensão Santos e Soares (2012, p. 310-311) nos propõem:

Na nossa compreensão, artefato escolar é, portanto, tudo aquilo que, independentemente do contexto de sua criação, propósito, função e manual de instruções, é usado por professores e alunos em suas práticas cotidianas de *aprender ensinar, dentro fora* das escolas, de modo a alargar as possibilidades para a realização dos Currículos compreendidos como redes de relações, significações, *saberes fazeres* e poderes.

O texto traz como proposta uma análise dos currículos escolares, tentando entender a realidade escolar iminente e suas complicações com a intrusão de artefatos tecnológicos.

As autoras Edmea Santos e Conceição Soares (2012), em seu texto, apresentam questionamentos no que se refere ao uso dos artefatos culturais, principalmente tecnológicos, no interior de escolas. Elas apresentam problematizações sobre os usos dos artefatos tecnológicos, a microestrutura escolar, o currículo e os contextos sociais que envolvem estes itens.

No que tange aos usos estes estão aumentando cada vez mais, e sempre se acha um novo sentido, uma nova visão, um novo modo de intrusão e de participação. O contexto discutido é o ensino, principalmente de uma sala de aula, a microestrutura escolar, em que hoje pode ter duas principais estruturas físicas: a presencial ou *online*.

A esse contexto adicionam-se os currículos os que são primeiramente atingidos por estas contínuas mudanças e, logo em seguida, encontramos as relações que determinam este, destacando a relação entre professor/aluno.

Sendo assim, analisamos e propomos segundo nossa análise os seguintes questionamentos: até que ponto é permitido por uma política educacional ou mesmo para própria instituição, a alteração, modificação dos currículos escolar proporcionada pelos

artefatos tecnoculturais, e de que forma estes podem ser alterados pela mediação do cotidiano (*espaço/tempo*) escolar, seja de forma presencial que *online*?

A grande necessidade que o homem vem sentindo em entender a relação, da técnica com o desenvolvimento da sociedade, é pelo simples fato que a tecnologia em constante crescimento, conscientemente ou inconscientemente, vem constituindo não só um modo de vida como também a formação do sujeito, quase que uma “nova identidade”. Portanto, existe da parte destes mesmos homens uma rápida necessidade de explorar o grande desenvolvimento destas tecnologias de informação e comunicação.

Existe hoje uma grande demanda por todas as partes da sociedade a mediação das instituições, neste caso das escolas, como meio (*intermezzo*) de transmissão cultural e do saber acumulado historicamente no decorrer do *espaço/tempo histórico*. De acordo com o texto de Santos referindo-se a vontade e cobrança da sociedade, a “modernização” (tecnologia, informatização) destas instituições, facilitaria o desenvolvimento das mesmas para que se tenha uma educação de qualidade.

Como bem sabemos, pois vivemos cotidianamente com esta realidade, a ambiência comunicacional vem crescendo cada vez mais. Este processo ocorre desde alguns séculos atrás, inicia-se mais precisamente no Renascimento, quando se começou a ter grandes mudanças no pensamento dos homens, as informações começavam a fluir entre as pessoas das cidades, tivemos a invenção da imprensa, pelo alemão Johannes Gutenberg, por exemplo, neste período se queria passar informações também através da arte como forma de conhecimento para o desenvolvimento do pensamento humano.

Em seguida, o Iluminismo defendia a liberdade do pensamento baseado em uma racionalidade científica, onde o homem devia exercer sua sabedoria através da autonomia e razão e, portanto, ter acesso a todo tipo de informação possível. Este momento foi marcado pela transição do pensamento moderno para o contemporâneo. A partir do século XX começam grandes mudanças devido à globalização, ou seja, se pretende ter uma grande “união” do mundo, o que ocasiona grandes mudanças sociais. Claramente isto parte da camada alta da sociedade, querendo então investir na indústria cultural, a qual seria a mais nova forma de poder e dinheiro. Temos assim em seguida a transnacionalização⁴ do trabalho e capital, e a mediação da cultura.

⁴ Referência tirada do texto de Edméa Santos e Conceição Soares com a sugestão de uma melhor explicação retirada da leitura de um artigo da revista. “A partir dos anos 60, esta economia tornou-se *transnacional*, significando que nesta altura existia um sistema de actividades económicas para o qual os Estados, os seus territórios e as respectivas fronteiras, não constituíam o enquadramento básico.” In: <http://rccs.revues.org/1254>.

Neste mesmo período de transformação homens e mulheres se encontram em um processo de afirmação de identidade que por vários fatores como, por exemplo, guerras que não possibilitaram aos mesmos a oportunidade dessa afirmação de identidade com bases sólidas e fixas de forma a entender seu papel no mundo e sua função em meio a essas contínuas mudanças.

Voltando-se para o Brasil temos como base a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1988, sendo que a última divulgação de grande mudança dessa lei se deu em 1996. As críticas são inúmeras e divididas, tem estudiosos que apoiam completamente a aprovação dessa lei, interpretando-a como modo totalmente positivo para a educação, dando a liberdade e autonomia para as instituições. Mas devemos avaliar bem essa questão de “autonomia e liberdade”, pois a LDB é menos detalhista, mas mesmo assim é por sempre nominalista segundo Saviani em sua obra *“Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional”*.

O que esta lei tem a nos oferecer para o entendimento do nosso questionamento? Através de sua análise, vamos problematizar a questão dos currículos. Segundo França (2006, p. 77), “Com esse entendimento, nos propomos a pensar os Currículos escolares como redes de conhecimento, significações e relações, tecidas por *sujeitos em comunicação*”. A LDB, quando se trata da questão curricular afirma que cada instituição deve impor um currículo de acordo com a possibilidade histórico-cultural e econômica da região.

[...] Fica sugerida uma flexibilização dos currículos, na medida em que se admite a incorporação de disciplinas que podem ser escolhidas levando em conta o contexto e a clientela. No ensino nas zonas rurais, é admitida inclusive a possibilidade de um currículo apropriado às reais necessidades e interesses [desses] alunos. [...] (Art. 28, inciso I).

Mas encontramos também regras nacionais como:

[...] A LDB determina que a Educação Artística seja componente curricular obrigatório no Ensino Básico (pré-escolar, 1º e 2º graus; art. 26, § 2º). O objetivo é promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Continua a exigência de uma língua estrangeira moderna a partir da 5ª série, e pedem-se duas línguas (uma opcional, de acordo com as possibilidades da Instituição) no ensino médio.

Entre os saberes que o educando deverá dominar após o ensino médio estão os conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania (art.36, § 1º); contudo, a Lei não exige que tais disciplinas sejam incorporadas ao currículo.

O Ensino Religioso passa a ser disciplina de oferta obrigatória nas escolas públicas, com matrícula facultativa e sem ônus para os cofres públicos (Art. 3). [...] (RAMAL: 1997, p. 3,4)

Sendo assim percebemos que as políticas educacionais não muito interferem quando falamos da utilização de artefatos comuns e tecnológicos. E por tanto a responsabilidade fica quase toda a cargo da própria instituição, isso também quando falamos em ambiente público. Existem programas do governo como, por exemplo, a CONAE⁵ que ajudam nas indicações de usos das TIC na aprendizagem, mas não são imposições que devem ser seguidas como norma.

Quem fica com o papel com maior relevância e determinação quando se fala em “qualidade de ensino” é a própria instituição, sendo o professor o maior responsável para que isto ocorra. É o próprio professor e o aluno que levam estes artefatos para a sala de aula, assim afirma Santo e Soares (2012). Devemos também lembrar os dizeres de Martín-Barbero (2000), no sentido de que bom êxito na educação não será resultados apenas da introdução da tecnologia e suas ferramentas, é necessário antes mesmo mudarmos o modelo de educação. Uma educação vertical irá somente piorar a situação:

[...] Contrariamente aos que vêm nos meios de comunicação e na tecnologia de informação uma das causas do desastre moral e cultural do país, ou seu oposto, uma espécie de panaceia, de solução mágica para os problemas da educação, sou dos que pensam que nada pode prejudicar mais a educação que nela introduzir modernizações tecnológicas sem antes mudar o modelo de comunicação que está por debaixo do modelo educacional (MARTÍN-BARBERO, 2000, p. 52).

O governo faz ações que por muitas vezes maquiagem certa realidade, exemplo mesmo é a entrega de *tablets* para escolas públicas que foi realizado em algumas cidades do Brasil. Só que, sendo um artefato que não se pode proporcionar somente a entrega porque, pelas suas inúmeras funções, como sabemos nem todos sabem utiliza-lo, ainda mais quando se fala de cidadezinhas do interior de estados que estão mais atrasados pode causar grande confusão nas mentes causando o efeito contrario a aquele proposto inicialmente e atingindo de forma extremamente violenta a educação daqueles alunos e a metodologia dos profissionais. Como medida o próprio governo apenas entregou um vídeo aula de 10 minutos de explicação. Como suposto se sabe que um vídeo aula com tanto pouco tempo não tem como ajudar de forma positiva ainda mais quando se fala que servirá para imigrantes da tecnologia. Mas o que anda tendo importância para o poder não é mais a *qualidade* e sim a *quantidade*. Pelo menos é essa

⁵ “A Conferência Nacional de Educação - CONAE é um espaço democrático aberto pelo Poder Público para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional. Está sendo organizada para tematizar a educação escolar, da Educação Infantil à Pós Graduação, e realizada, em diferentes territórios e espaços institucionais, nas escolas, municípios, Distrito Federal, estados e país. Estudantes, Pais, Profissionais da Educação, Gestores, Agentes Públicos e sociedade civil organizada de modo geral, terão em suas mãos, a partir de janeiro de 2009, a oportunidade de conferir os rumos da educação brasileira.” In: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12422:conaeapresentacao&catid=325:conae-conferencia-nacional-de-educacao

realidade que infelizmente se observa ainda em nosso país, através dos atos dos nossos políticos.

Aqui, portanto levamos a conhecimento o primeiro ponto de nosso questionamento podendo dar continuidade para a próxima etapa que deixará mais claro todo esse processo dos artefatos, propostos pela Santos e pelo questionamento proposto no seguinte trabalho.

Levando em consideração o texto de Toschi (2011), em seu artigo “*CMDI- comunicação mediada por dispositivo indutor: elementos novos nos processos educativos*”, recordamos que as ferramentas podem se tornar um dispositivo pedagógico, e, portanto estes artefatos podem inicialmente ser ferramentas, mas ao ser usado de forma intencional e consciente pelo docente como meio de ensino, passam a ser um dispositivo indutor de comunicação. O *tablet* citado acima exemplifica esse ponto, pois como vimos inicialmente este era apenas uma ferramenta, mas ao ser integrado no ensino ele perde essa função e se torna um dispositivo indutor de ensino.

Santos e Soares (2012) ao se referirem aos artefatos tecnoculturais dizem que a intrusão está sendo um fato quase que consumado e uma exigência universal, portanto em vez de se perguntar o porquê dessa intrusão, devemos nos preocupar com o que estamos fazendo com eles, o que vamos fazer e como vamos utilizá-los para que se tenha o famoso *aprender-ensinar*.

Dessa forma, ao se pensar a uma escola com aulas presenciais, as autoras dizem que não é possível, nos dias de hoje, não haver a interferência do lado externo da estrutura da sala de aula (*dentro-fora*) se á sim interferência de artefatos comunicacionais, como por exemplo, as redes sociais. A própria humanidade está indo neste caminho, ou seja, desde a criação da Web 2.0 vemos que se está encaminhando para uma comunicação abrangente e livre, aos que possuem acesso e oportunidade de imersão.

Dentro de uma visão de ensino presencial podemos levar a tona o que Toschi (2011) propõe ao se referir a escola como espaço híbrido, já que nos dias de hoje não tem mais como evitar o hibridismo das instituições, pois estas podem fortalecem o aprendizado e as relações sociais, bem como constituem esse momento histórico de nossa sociedade.

[...] os jovens que estão nas escolas hoje, tanto na educação básica como na superior, vivenciam essa situação há tempos e essa familiaridade com as tecnologias alterou sua sociabilidade, afetividade e forma de aprender. A partir dessas análises podemos dizer que tais dispositivos, meios de acesso a conteúdos, alteram estes conteúdos e tornam-se mediação no processo de aprender [...] (TOSCHI, 2011).

Vislumbramos aqui pontos de intersecção a visão da cibercultura o ciberespaço, currículos *online*, etc. na perspectiva de Levy (2001). Para o autor, a cibercultura é um

conjunto de teorias, práticas, atitudes, modos de pensamento e fatores. Este se desenvolve com o crescimento do ciberespaço, onde encontramos um "dilúvio" de informações. Ainda segundo ele, o melhor a fazer com este "dilúvio" de informações é analisá-las e, em seguida, através de uma seleção escolher o que mais tem relevância para a realização do seu objetivo, podem ser o de aprendizagem. Portanto, seja Levy ou Santos e Soares (2012), concordam que a cibercultura é uma cultura contemporânea, dos que possuem acesso, sendo algo praticamente irreversível.

Em linhas gerais dão até ideia que se impomos alguns limites em nós mesmos, podemos sim modificar os artefatos tecnológicos de acordo com a nossa necessidade. Este modo de utilização da tecnologia desaba em uma abordagem instrumental, como diz o texto "*Tecnologia e Mediação Pedagógica: perspectivas investigativas*" de Joana Peixoto, onde o homem molda a máquina. De acordo com essa autora para que se tenha uma boa utilização destas tecnologias, não podemos nos contentar com essa perspectiva, pois isso dicotomizaria e antagonizaria objetos técnicos e sujeitos sociais, como aspectos autônomos. Por esses objetos tecnoculturais serem um construto social em uma perspectiva dialética, onde existiria uma reciprocidade entre sujeito e objeto, seria mais adequada a abordagem sociotécnica⁶ para compreensão das relações educação e tecnologia, do que nos limitarmos a uma perspectiva determinista⁷ ou instrumental⁸.

Segundo a abordagem proposta pela autora (sociotécnica) se tem aqui presente uma afirmação à consciência das realidades técnicas, que ao serem bem apreendidas em sua significação, correspondem a relações plurais e dialéticas. Não se pode pensar que a tecnologia não seja um fruto do trabalho humano. Não se pode também pensar que as ações humanas podem ter total autonomia e independência em relação ao meio sócio- histórico no qual se desenvolve.

Portanto, ao se imaginar a relação educação e tecnologia, como também a utilização dos artefatos, segundo a mesma autora, devemos levar em consideração uma ordem epistemológica e não realizar que a natureza do conhecimento se reduz a procedimentos

⁶ "A abordagem sociotécnica considera que os objetos técnicos são construtos sociais. Dessa forma, as relações entre as tecnologias e os sujeitos sociais se dão em uma perspectiva de reciprocidade." (PEIXOTO, 2012, p.6) _.

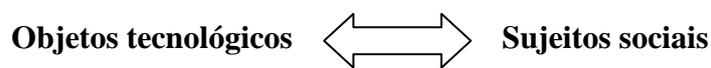
⁷ "O determinismo tecnológico postula que a tecnologia determina os efeitos que ela induz na sociedade. A tecnologia é considerada como um sistema autônomo que se desenvolve segundo uma lógica própria que influencia seu contexto." (PEIXOTO, 2012, p.3) _.

⁸ "Os discursos baseados na visão instrumental das relações entre as tecnologias e a educação consideram que os objetos técnicos são neutros e, dessa forma, completamente tributários dos usos que deles são feitos." (PEIXOTO, 2012, p.5) _.

técnicos. Ou seja, não basta adotar um conjunto de estratégias didáticas visando “facilitar” o processo de ensino e aprendizagem.

Não podemos nos resumir a observar somente os usos que são feitos desses objetos, na verdade esses usos como já foi dito estão ligados muito no contexto em que fazem parte. Sugerimos que levando em consideração o texto da Peixoto (2012), “[...] é fundamental observar mais o universo das representações de uso geradas pelo objeto do que o universo do objeto em si [...]” (p. 7), e também, “levar em conta tanto os conteúdos, como os objetos técnicos, assim como os processos individuais e coletivos e suas relações, ajudam a evitar a hierarquização dos usos, estudando-os primeiro em termos de relações com a técnica e, em seguida, em termos de relações com a apropriação de conteúdo” (p. 8).

Ainda nessa relação, percebemos que não se trata de uma sucessão de causa efeito, ou seja, os discursos, os usos e as formas como os sujeitos pensam que usam, não fazem parte dessa sucessão e, sim, formam um conjunto de fatores diversos que estão em jogo em articulações complexas. Onde o contexto não é visto como um ambiente objetivo, filtrado pela subjetividade. Essa abordagem sociotécnica pode ser representada da seguinte maneira:



Como vimos é uma relação muito complexa e novamente podemos nos apropriar de Peixoto (2012) como incentivo para a busca e esperança de um ensino melhor:

[...] tomar como fundamento nossa herança intelectual em busca de respostas novas para este mundo moderno, rápido, internacional e globalizado. Trata-se, então, de conhecer o terreno no qual se trabalha, colocando em causa a nossa herança intelectual. No domínio de pedagogia, trata-se de se apoiar nos debates feitos nas ciências da educação e nos campos que lhe dão suporte. [...] (p. 2).

O SEMINÁRIO

Para apresentar o determinado tema, enquanto seminário obrigatório para a disciplina de Educação, Comunicação e Mídia, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, levou-se no dia da apresentação slides, aonde através de várias imagens possibilitamos aos demais alunos à oportunidade de entender um pouco a mais sobre o assunto: o que são e os usos destes artefatos no processo pedagógico para a formação de professores. Esta mesma apresentação nos levou também a desenvolver este artigo como forma de ampliação e formação de entendimento crítico.

Entre estas imagens apresentadas para expor o tema, delineamos a diferença de artefatos que eram utilizados no início século XIX pelas instituições educacionais de Goiás, fotografadas no Complexo Memorial do Cerrado, empresa mantenedora PUC-GO. Depois recorremos a imagens de escola dos dias de hoje, podemos assim dizer “modernas” para mostrar a diferença entre artefatos comuns e tecnoculturais nas escolas, como também a aqueles utilizados no ambiente de currículos *online*.

Por último apresentamos também o vídeo do projeto do curso de formação de monitores oportunizado pela Secretaria Estadual de Educação do estado de Goiás no ano de 2007, realizado por um dos alunos, onde encontramos professores e alunos que participaram, informando o porquê desse curso e qual sua utilidade para a educação escolar, para ter-se uma melhor compreensão das interferências das TIC no processo educacional.

O CURSO DE FORMAÇÃO DE MONITORES

Buscando enriquecer o seminário, rememorou-se o curso “Mídias nas escolas”, realizado por um dos acadêmicos desse trabalho, para formação de monitores pelo Governo estadual de Goiás.

Na tentativa de causar interatividade entre docentes e discentes com o mundo midiático, o governo estadual de Goiás realizou no ano de 2007 o 3º Seminário de Mídias nas escolas na cidade de Caldas Novas-GO, com oficinas de cinema, produção de vídeos, jornal impresso, tele jornal digital, produção de vídeo e internet. O evento consistiu na realização de oficinas destinadas aos professores e alunos da rede estadual, que foram selecionados pela direção das escolas convidadas a participar do seminário. De acordo com o integrante do grupo, no qual participou do evento, o mesmo realizou as oficinas de vídeos e jornal impresso.

Em relato, as oficinas além de ocasionar interatividade em seus participantes, de localidades distintas do território estadual, despertaram nos mesmos um olhar crítico a respeito do uso midiático nas salas de aula.

Durante a realização da oficina de vídeo, foi possível ver um pouco mais a respeito das diversas formas de utilização desta ferramenta pelos docentes, como a elucidação das formas que um aluno pode estar utilizando-a para o cumprimento de suas tarefas. Da mesma maneira que ocorreram aulas técnicas e dicas para a construção, como a ambientação dos participantes na interface de um programa editor. Como resultante foi proposto à realização de um vídeo com temática livre, onde em grupos houve a realização deste, no qual o mesmo

foi divulgado na exposição dos trabalhos, atividade que compunha o cronograma de atividade do evento.

Manter-se informado atualmente e de vital importância, como também é relevante em uma cidade interiorana como outra qualquer se ter a aproximação da sociedade comum com o meio acadêmico, o que ocorre dentro dos portões do colégio, a oficina de jornal impresso possibilitou a junção destes fatores, de forma que os participantes foram instigados a pensarem como editores de um grande jornal. Desta forma, os mesmos foram orientados desde a elaboração até edição para a publicação do jornal impresso.

Alunos e professores, agora, com um posicionamento crítico em relação às mídias que emergiam causando paradigmas até então insolúveis.

O conhecimento adquirido agora entra em prática, onde os participantes do evento se tornaram monitores em projetos, para estarem mediando o conhecimento adquirido aos demais integrantes da comunidade escolar. Um dos projetos desenvolvidos foi o curso de informática básica para docentes como para aos demais alunos, onde professores que não possuíam domínio nesta área podem se habituar às novas tecnologias.

Temos aqui, então, uma ocasião proporcionada pelo governo com a participação de profissionais capacitados para se ter um entendimento enquanto ao que é mídia.

Levando em consideração o texto acima são muitas as ocasiões que temos de análise, podemos perceber que a partir do ano 2000 essa preocupação com a mídia começa a ter mais avanços. Mesmo assim, não podemos nos iludir que essa participação é assídua e coerente, pois como adeptos da educação, críticos e pensantes observamos que o que falta em um sistema como este é, também, a preocupação do controle e da unicidade de investimento. Ou seja, a educação é um direito de todos, portanto todos deveriam de uma forma ou de outra ter a possibilidade de fazer parte, ou como participante ativo ou como ouvinte, destes eventos como forma de ampliação de conhecimento. No que tange as interferências que um evento como este tem sobre a realização curricular é certamente positiva, pois essas experiências por parte da instituição do corpo docente e discente criam um engrandecimento de horizontes, possibilitando uma convivência melhor entre homem X homem e entre homem X TIC.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

De acordo com essas perspectivas pode-se dizer que sim, os artefatos tecnoculturais podem e devem interferir na formação dos currículos, cabendo à própria escola e seus constituintes, encontrar esta reciprocidade entre sujeito e objeto técnico de forma a construir

um trabalho coerente e significativo. Portanto, também não podemos atribuir os *usos* somente as funcionalidade dos objetos, mas devemos considerar o contexto sócio-histórico dos indivíduos.

O mundo anda sempre em contínuas mudanças e cada vez mais o homem quer se reconhecer em meio a esse turbilhão de informações, portanto busca o conhecimento através formas viáveis e disponíveis com maior facilidade. Pode-se considerar que a tecnologia com seus artefatos, pode sim ajudar nessa viabilização de conhecimento, mas como também foi destacado não é mais possível nos dias de hoje achar que isso pode ser feito sozinho sem o auxílio de profissionais adeptos a esse tipo de necessidade.

Pois cada dia é um novo celular, um novo aplicativo, uma nova utilização daquele papel, daquele cartaz, daquela caneta ou até mesmo daquela latinha. Para isso deve-se entender o básico possibilitando o conhecimento se expandir de forma a não se ter tantas lacunas que existem ainda nos dias de hoje, ainda mais quando falamos de países de terceiro mundo.

O nosso sistema educacional deve mudar inicialmente integrando nele mesmo o sentido e objetivo para o caminho de uma educação uniforme e responsável, tendo-se um possível avanço do país. Pois a tecnologia hoje interfere de forma estrondosa a vida social, econômica, psicológica e pedagógica do indivíduo em seu ambiente escolar.

Saber selecionar as informações saber comunicá-las se tornou hoje em dia um exercício essencial para ter uma vida tranquila, para isso, portanto, são necessários espaços educacionais preparados e avançados para um melhor resultado.

Seja de forma *online* ou presencial é preciso de qualidade e seriedade. A apreensão de informações saiu de uma instituição para se tornar uma coisa mais espalhada, portanto a orientação é fundamental.

Os artefatos sempre vão ser encontrados em qualquer meio escolar que a pessoa se encontrar, então possivelmente é necessário que exista da parte dos mesmos uma abertura enquanto ao “Ecosistema comunicacional” (BARBERO, 2012, p.54) em expansão entendendo que agora já é algo que faz parte de uma cultura que busca encontrar raízes em outro contexto histórico, portanto pode-se supostamente analisar como estes interferem em nossas ações e como nos interferimos juntamente com estes artefatos de forma a se formar uma coerência, como fruto de um bem para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LDB** - Gestão Democrática e Autonomia Pedagógica – UNIVESPTV. Disponível em: [e <https://www.youtube.com/watch?v=2jO9LMgS86E>](https://www.youtube.com/watch?v=2jO9LMgS86E)

[e <https://www.youtube.com/watch?v=jcyv7Uz8qdU>](https://www.youtube.com/watch?v=jcyv7Uz8qdU)

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafios culturais da comunicação á educação. **Comunicação & Educação**. São Paulo, maio/ago. v. 18, p. 51-61, 2000.

PEIXOTO, Joana. Tecnologia e Mediação Pedagógica: perspectivas investigativas. **ANPEdCO**. Corumbá-MS. 2012

RAMA, Andrea Cecilia. Avaliar na cibercultura. **Revista Pátia**. Porto Alegre: Artmed, fevereiro 2000.

RAMA, Andrea Cecilia. A nova LDB: destaques, avanços e problemas. **Revista de Educação CEAP**. Salvador, ano 5, no.17, p 05-21, junho de 1997.

RODA VIVA. **Entrevista Pierre Levy** - radarcultura. 8/1/2011. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Wk76VURNdgw>>

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. 5º ed. Campinas, SP: Autores associados, 2004 (Coleção educação contemporânea). p. 7-14.

SOARES, Conceição; SANTOS, Edméa. Artefatos tecnolculturais nos processos pedagógicos: usos e implicações para os currículos. In: LIBÂNEO, J. C.; ALVES, N. (Orgs.) **Temas de Pedagogia**: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, p. 308-332, 2012.

TOSCHI, Mirza Seabra. CMDI - Comunicação Mediada por Dispositivo Indutor: elemento novo nos processos educativos. In: LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa (Orgs.). **Didática e escola em uma sociedade complexa**. Goiânia: CEPED, editora da PUC-Goiás, 2011. p. X-Y.